



Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá
 CNPJ nº 02.254.846/0001-83 - NIRE nº 16 4 0000098 2 - Registro ANS nº 365785

Balancos Patrimoniais
 Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
 (Em Reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Ativo Circulante		2.996.246	3.387.038
Disponível	2.3	10.818	9.867
Realizável		2.985.428	3.377.171
Aplicações Financeiras	2.4 e 5	2.188.887	2.179.716
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		731.490	695.723
Aplicações Livres		1.457.397	1.483.993
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	502.197	784.705
Contraprestação Pecuniária a Receber	2.7	499.461	782.472
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.736	2.233
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde d	2.8 e 7	12.246	9.343
Créditos Tributários e Previdenciários	8	212.328	250.025
Bens e Títulos a Receber	2.9 e 9	48.004	120.928
Conta-Corrente com Cooperados	10	21.766	32.454
Ativo Não Circulante		3.264.563	3.250.005
Investimentos	2.10 e 11	25.723	24.817
Outros Investimentos		25.723	24.817
Imobilizado	2.11 e 12	3.237.854	3.222.795
Imóveis de Uso Próprio		2.557.667	2.667.791
Não Odontológicos		2.557.667	2.667.791
Imobilizado de Uso Próprio		463.348	436.705
Não Odontológicos		463.348	436.705
Imobilizações em Curso		216.839	118.299
Intangível		986	2.393
Total do Ativo		6.260.809	6.637.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá
 CNPJ nº 02.254.846/0001-83 - NIRE nº 16 4 0000098 2 - Registro ANS nº 365785

Balancos Patrimoniais
 Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
 (Em Reais)

	Nota	2018	2017
Passivo			
Passivo Circulante		1.686.094	1.617.017
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	2.13 e 13	1.245.937	1.176.385
Provisão de Contraprestações		201.538	188.146
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG		201.538	188.146
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		361.875	333.589
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		682.524	654.650
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		12.108	12.179
Contraprestações a Restituir		7.599	5.451
Receita Antecipada de Contraprestações	14	4.509	6.728
Débitos Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Pl. de Saúde Operadora	7	13.091	9.361
Provisões	2.15	3.710	5.926
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	72.010	83.457
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	164.911	176.463
Débitos Diversos	2.14 e 17	174.111	153.224
Conta-Corrente de Cooperados	10	216	22
Passivo Não Circulante		711.992	839.654
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	711.992	839.654
Patrimônio Líquido		3.862.723	4.180.372
Capital Social		2.598.650	761.366
Reservas	18	1.133.989	1.091.180
Reservas de Sobras		1.133.989	1.091.180
Superávits Acumulados		130.084	2.327.826
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.260.809	6.637.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reconhecemos a exatidão do presente balanço patrimonial de encerramento de exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, totalizando no Ativo e Passivo R\$ 6.260.809 (Seis milhões duzentos e sessenta mil oitocentos e nove reais), conforme documentação fornecida pela Cooperativa.

Macapá-AP, 31 de Dezembro de 2018.


 Ana Valéria dos Santos Silva
 Presidente
 CPF 334.091.292-00


 Cleber Ramon Lobato Alves
 Contador
 CRC AP 001475/O-4



Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá
 CNPJ nº 02.254.846/0001-83 - NIRE nº 16 4 0000098 2 - Registro ANS nº 365785

Demonstrações de Resultados
 Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
 (Em Reais)

	Nota	2018	2017
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		7.815.354	7.507.293
Contraprestações Líquidas	2.5	8.029.690	7.702.636
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(214.336)	(195.343)
Eventos Indenizáveis Líquidos	2.6	(4.365.391)	(3.812.637)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(4.337.516)	(3.766.499)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(27.875)	(46.138)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		3.449.963	3.694.656
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		33.630	35.535
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		1.536.446	720.490
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		7.100	6.551
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Odontológica		69	38
Outras Receitas Operacionais		1.529.277	713.901
Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(7.241)	(23.306)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(1.916.332)	(1.195.632)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(199.791)	(88.752)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.716.541)	(1.106.880)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		(91.094)	(175.820)
Resultado Bruto		3.005.372	3.055.923
Despesas de Comercialização		(5.699)	(15.671)
Despesas Administrativas	19	(2.884.790)	(2.911.880)
Resultado Financeiro Líquido		47.587	166.509
Receitas Financeiras		116.211	214.936
Despesas Financeiras		(68.624)	(48.427)
Resultado Patrimonial		1.966	3.680
Receitas Patrimoniais		1.966	3.680
Resultado Antes dos Impostos e Participações		164.436	298.561
Imposto de Renda	2.17	(2.319)	(3.703)
Contribuição Social	2.17	(1.391)	(2.222)
Resultado líquido		160.726	292.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Macapá-AP, 31 de Dezembro de 2018.

 Ana Valéria dos Santos Silva
 Presidente
 CPF 334.091.292-00

 Cleber Ramon Lobato Alves
 Comandante
 CRC AP 001475/O-4



Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá

CNPJ nº 02.254.846/0001-83 - NIRE nº 16 4 0000098 2 - Registro ANS nº 365785

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	Capital Social	Fundo de Reserva	FATES	Sobras/Perdas a disposição da AGO	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		744.748	482.228	35.336	162.038	1.424.350
Sobras distribuídas entre os cooperados, conf. AGO		-	-	-	(162.038)	(162.038)
Ajustes de exercícios anteriores - Reversão ISSQN	18(c)	-	-	-	2.640.603	2.640.603
Aumento de capital em espécie		53.927	-	-	-	53.927
Devolução de Capital Social		(37.309)	-	-	-	(37.309)
Utilização do FATES		-	-	(35.334)	-	(35.334)
Sobras do exercício		-	-	-	292.636	292.636
Proposta de destinação das sobras	18					-
Constituição do Fundo de Reserva		-	293.324	-	(293.324)	-
Reversão de produção ao fundo de reserva		-	3.537	-	-	3.537
Constituição do FATES		-	-	293.324	(293.324)	-
Constituição do FATES (Atos Não Cooperativo)		-	-	18.765	(18.765)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		761.366	779.089	312.091	2.327.826	4.180.372
Aumento de capital social por meio de sobras, conf. AGO		1.852.575	-	-	(1.852.575)	-
Aumento de capital social em espécie		46.000	-	-	-	46.000
Devolução de capital social		(61.291)	-	-	-	(61.291)
Sobras distribuídas entre os cooperados, conf. AGO		-	-	-	(475.251)	(475.251)
Ajustes de exercícios anteriores - Reversão ISSQN	18(c)	-	-	-	16.562	16.562
Utilização do FATES		-	-	(4.395)	-	(4.395)
Sobras do exercício		-	-	-	160.726	160.726
Proposta de destinação das sobras	18					-
Constituição do Fundo de Reserva		-	17.729	-	(17.729)	-
Constituição do FATES		-	-	17.729	(17.729)	-
Constituição do FATES (Atos Não Cooperativo)		-	-	11.746	(11.746)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.598.650	796.818	337.171	130.084	3.862.723

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

Macapá-AP, 31 de Dezembro de 2018.

Ana Valéria dos Santos Silva
Presidente
CPF 334.091.292-00

Cleber Ramon Lobato Alves
Contador
CRC AP 001475/O-4



Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá
 CNPJ nº 02.254.846/0001-83 - NIRE nº 16 4 0000098 2 - Registro ANS nº 365785

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto
 Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
 (Em Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	8.794.571	7.944.948
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	7.715.977	7.090.373
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	52.893	201.314
(+) Outros Recebimentos Operacionais	81.800	175.071
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(4.666.720)	(4.038.717)
(-) Pagamento de Pessoal	(763.259)	(828.062)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(349.077)	(344.992)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(323.034)	(292.705)
(-) Pagamento de Outros Tributos	(572.970)	(670.996)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(10.781)	(7.899)
(-) Aplicações Financeiras	(7.728.077)	(6.864.969)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(1.439.361)	(1.809.209)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>791.962</u>	<u>554.157</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Recebimento de Dividendos	1.966	-
(+) Outros Recebimento das Atividades de Investimento	-	3.679
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(100.616)	(211.275)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(3.435)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(102.085)</u>	<u>(207.596)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro	667	-
(-) Pagamento de Participações nos Resultados	(500.396)	(161.997)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Financiamento	(189.197)	(178.413)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(688.926)</u>	<u>(340.410)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>951</u>	<u>6.151</u>
CAIXA - Saldo inicial	17.315,47	114.615,06
CAIXA - Saldo Final	18.266,47	120.766,06
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>951</u>	<u>6.151</u>
Ativos Livres no Início do Período	1.493.860	1.828.254
Ativos Livres no Final do Período	1.468.215	1.493.860
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	<u>(25.645)</u>	<u>(334.394)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Macapá-AP, 31 de Dezembro de 2018.


 Ana Valéria dos Santos Silva
 Presidente
 CPF 334.091.292-00


 Cleber Ramon Lobato Alves
 Contador
 CRC AP 001475/O-4

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ
CNPJ nº 02.254.846/0001-83 - NIRE nº 16 4 0000098 2 - Registro ANS nº 365785

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá**, que utiliza como nome de fantasia a expressão **Uniodonto Amapá**, é uma sociedade cooperativa, singular, congregando os integrantes da profissão odontológica, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, e tem como objetivos: (a) organização em comum e em maior escala dos serviços relativos às atividades econômicas, técnicas, educacionais e assistenciais dos associados e seus interesses; (b) viabilização financeira e implantação de assistência odontológica, de pesquisa e de treinamento de cooperados e de empregados, e; (c) abastecimento de equipamentos, artigos, gêneros e quaisquer insumos de uso e insumo em odontologia, em trabalhos de pesquisa e científicos, em atividades de ensino e de autoinstrução e em atividades de formação e treinamento de pessoal.

As atividades da Cooperativa compreendem a comercialização e administração de planos de assistência odontológica e são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estando registrada junto a esta última sob o nº 36578-5.

A Administração da **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá** entende que, neste momento, não é necessário nenhum ajuste nas demonstrações contábeis da Cooperativa decorrente da adoção dos procedimentos determinados pela ANS por meio da Resolução Normativa - RN nº 430, de 7 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, em função de não possuir operações de corresponsabilidade com suas congêneres, resultantes de atendimentos de beneficiários do plano de forma continuada, ou seja, com características de “intercâmbio habitual”.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para emissão pela Administração em 25 de janeiro de 2019.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados

instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

2.3 Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários.

2.4 Ativos Financeiros

2.4.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante. Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem “disponível” e “créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora”.

(c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Cooperativa pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

2.4.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Cooperativa opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, que se aproximam de seu valor de mercado. As variações no valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4.3 *Impairment de Ativos Financeiros*

(a) *Ativos Mensurados por Custo Amortizado*

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal;
- (iii) probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Cooperativa mensura o *impairment* com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* conhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

(b) *Ativos Classificados como Disponíveis para Venda*

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos aqui classificados, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se existir essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer

prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro-rata-die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG”, e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

2.6 Reconhecimento do Custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada “Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)”.

2.7 Contraprestação Pecuniária a Receber

Refêrem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

- Preestabelecido: mensalidades do plano privado de assistência à saúde calculadas e pagas antes da utilização das coberturas contratadas.

A provisão para créditos para liquidação duvidosa é constituída segundo os seguintes critérios:

- Planos individuais com preço pré-estabelecido – A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;
- A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.8 Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora – Ativo Circulante

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Uniodontos. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços médico-hospitalares (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.9 Bens e Títulos a Receber

Os bens e títulos a receber estão formados por estoques, cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

Os cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos são demonstrados por seus valores líquidos de realização, reconhecendo-se as eventuais perdas estimadas apresentadas como contas redutoras.

2.10 Investimentos – Ativo Não Circulante

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Resultado Patrimonial” na demonstração do resultado.

2.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma

perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

(a) *Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG*

A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — pro rata dia — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura do risco.

(b) *Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais*

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Cooperativa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 30 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

(c) *Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)*

A ANS, por meio da Resolução Normativa – RN nº 274, de 20 de outubro de 2011 e alterações posteriores, obrigou que as operadoras de planos odontológicos a constituírem a Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados – PEONA, que será apurada observando o maior entre os seguintes valores:

I – 8,5% do total de contraprestações nos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido; ou,

II – 10% do total de eventos indenizáveis nos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido.

As alíquotas utilizadas nesta apuração são destinadas aos planos de saúde com número de beneficiários igual ou inferior a 100.000.

2.14 Fornecedores – Débitos Diversos – Passivo Circulante

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.16 Provisões para Ações Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

Com base na posição dos assessores jurídicos da Cooperativa, não foi necessário constituir provisão para a cobertura de passivos contingentes.

2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data dos balanços da Entidade, estando atento às leis específicas aplicáveis para a Cooperativa.

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social imputadas ao resultado, são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada as demais normas a respeito. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos não cooperados do exercício e

ajustes realizados no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência.

As antecipações do imposto de renda e contribuição social, recolhidas mensalmente por estimativa, são contabilizadas diretamente no resultado mensal como provisões, são reclassificadas para o ativo circulante em dezembro de cada ano, os créditos apurados após o fechamento do exercício para compensação com tributos futuros.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos de forma direta são agrupados no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados

A Cooperativa utiliza as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

Provisão para contratos onerosos

De acordo com o CPC 25, um contrato oneroso é “aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo deste”. No caso de existir um contrato oneroso, será reconhecida a obrigação presente de acordo com o contrato, com a necessidade de ser reconhecida e mensurada como provisão. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato – dos dois, o menor.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

(a) *Risco de Crédito*

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) *Risco de Liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

(c) *Risco de Mercado*

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2 Gestão de Capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício, ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador da margem de solvência, regra financeira prudencial com foco na capitalização das operadoras de saúde, que consiste em uma garantia adicional às provisões técnicas, regulamentada por normativos da ANS. A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos para cobrir o maior montante entre os seguintes valores: 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses.

4.3 Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Aplicações Financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Fundo de Renda Fixa	731.490	695.723
	<u>731.490</u>	<u>695.723</u>
Aplicações Livres		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	86.064	121.207
Fundo de Renda Fixa	1.371.333	1.362.786
	<u>1.457.397</u>	<u>1.483.993</u>
	<u><u>2.188.887</u></u>	<u><u>2.179.716</u></u>

6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Usuários-Pessoa Física	1.495.560	1.996.397
Usuários-Pessoa Jurídica	309.496	318.820
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência Odontológica	3.212	2.709
	<u>1.808.268</u>	<u>2.317.926</u>
Provisão para Perdas sobre Créditos	<u>(1.306.071)</u>	<u>(1.533.221)</u>
	<u><u>502.197</u></u>	<u><u>784.705</u></u>

7. Créditos (Débitos) de Operadora de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora – Ativo e Passivo Circulantes

Corresponde a valores a receber (a pagar) oriundos do atendimento a usuários de outras operadoras de planos de assistência odontológica que atuam em nome Uniodonto.

8. Créditos Tributários e Previdenciários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRRF a compensar	183.552	194.858
CSLL a compensar	7.136	11.479
INSS a compensar	12.315	12.698
ISS a compensar	86	-
PIS e COFINS a compensar	9.239	30.990
	<u>212.328</u>	<u>250.025</u>

9. Bens e Títulos a Receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Estoques		
Cheques a receber	4.396	4.396
Adiantamentos a funcionários	11.898	11.898
Adiantamentos diversos	6.991	-
Outros créditos a receber	21.687	96.046
	<u>14.930</u>	<u>20.486</u>
Provisão Para Perdas Sobre Cheques a Receber	59.902	132.826
	<u>(11.898)</u>	<u>(11.898)</u>
	<u><u>48.004</u></u>	<u><u>120.928</u></u>

10. Conta-Corrente com Cooperados – Ativo Circulante / Conta-Corrente de Cooperados – Passivo Circulante

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Adiantamentos	21.766	-	32.454	-
Sobras a pagar	-	216	-	22
	<u><u>21.766</u></u>	<u><u>216</u></u>	<u><u>32.454</u></u>	<u><u>22</u></u>

11. Investimentos – Ativo não circulante

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participações Societárias - Operadoras de Planos de Assistência à Saúde Uniodonto do Brasil	1.597	1.597
Participações Societárias - Outras Entidades Unicred-Belém	21.206	20.800
Sicoob	2.920	2.920
	<u>25.723</u>	<u>25.317</u>
Provisão para Desvalorização Sicoob	-	(500)
	<u><u>25.723</u></u>	<u><u>24.817</u></u>

Os Investimentos referem-se a quotas-parte nas entidades acima indicadas.

12. Imobilizado

	2018		2017	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de Uso Próprio - Não Odontológicos				
Terrenos	65.014	-	65.014	65.014
Edificações	2.753.107	(260.454)	2.492.653	2.602.777
Imobilizado de Uso Próprio - Não Odontológicos				
Instalações	880	(880)	-	-
Máquinas e Equipamentos	256.212	(104.116)	152.096	87.180
Equipamentos de Informática	172.567	(154.131)	18.436	24.811
Móveis e Utensílios	392.461	(99.645)	292.816	324.714
Veículos	281	(281)	-	-
Imobilizações em Curso	216.839	-	216.839	118.299
	<u>3.857.361</u>	<u>(619.507)</u>	<u>3.237.854</u>	<u>3.222.795</u>

As taxas de depreciação ao ano são as seguintes: 4% para Edificações, 10% para Instalações, Máquinas e Equipamentos e Móveis e Utensílios e 20% para Equipamentos de Informática e Veículos.

A seguir relacionamos a movimentação do ativo imobilizado:

	Imóveis de Uso Próprio - Não Odontológicas		Imobilizado de Uso Próprio - Não Odontológicas						Total	
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Curso		Outras Imobilizações
Taxa de depreciação (% a.a.)	-	4%	10%	20%	20%	10%	20%	-	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	65.014	2.687.050	352	86.191	26.837	190.999	-	-	156.644	3.213.087
Adições	-	25.584	-	13.162	8.234	12.069	-	118.299	-	177.348
Transferências	-	-	-	-	-	156.644	-	-	(156.644)	-
Depreciação	-	(109.857)	(352)	(12.173)	(10.260)	(34.998)	-	-	-	(167.640)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	65.014	2.602.777	-	87.180	24.811	324.714	-	118.299	-	3.222.795
Adições	-	-	-	84.948	3.350	5.359	-	118.753	-	212.410
Depreciação	-	(110.124)	-	(20.032)	(9.725)	(37.257)	-	(20.213)	-	(197.351)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	65.014	2.492.653	-	152.096	18.436	292.816	-	216.839	-	3.237.854

13. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	2018	2017
Provisão de Contraprestações Não Ganhas - PCNG	201.538	188.146
Provisão de Eventos a Liquidar		
Rede contratada/Credenciada	40.937	16.272
Produção de Cooperados	313.853	310.483
Intercâmbio-Operadora de Assistência à Saúde	7.085	6.834
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	682.524	654.650
	<u>1.245.937</u>	<u>1.176.385</u>

14. Receita antecipada de contraprestações

Refere-se a valores decorrentes de recebimento antecipado da prestação de serviços odontológicos a usuários pessoa física, que serão apropriados ao resultado na medida em que os serviços forem prestados.

15. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	2018	2017
ISS a recolher (*)	7.319	16.562
Contribuições previdenciárias a recolher	29.660	32.393
FGTS a recolher	7.630	8.279
IR Retido na Fonte a recolher - Funcionários	6.322	6.063
IR Retido na Fonte a recolher - Terceiros	3.166	3.172
COFINS e PIS / PASEP a recolher	17.385	16.796
Outros	528	192
	<u>72.010</u>	<u>83.457</u>

(*) A Cooperativa constituiu provisão relativa a correção dos juros e multas sobre o “Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN” não liquidado tempestivamente. Concomitantemente, deu início as tratativas junto à Prefeitura Municipal de Macapá visando regularizar o valor devido, ao passo que também passou a discutir administrativamente a obrigatoriedade da liquidação do referido imposto. Em julho de 2017, após diversas discussões entre as partes, a citada Prefeitura, por meio de “Termo de Encerramento de Ação Fiscal”, deferiu em favor da Cooperativa, face a natureza de sua atividade, que atende a critérios e legislação diferenciadas, está sujeita a provisionar e recolher somente o imposto sobre o serviço executado por profissionais não cooperados. Como consequência, a Cooperativa realizou, no ano de 2017, a reversão dos valores provisionados até àquela data, relativos a serviços executados por profissionais cooperados, sendo que R\$2.640.603 são correspondentes a exercícios anteriores a 2017.

16. Empréstimos e financiamentos a pagar – Passivo circulante e não circulantes

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco da Amazônia S/A (a)	164.202	711.992	173.090	839.654
Outros empréstimos (b)	709	-	3.373	-
	<u>164.911</u>	<u>711.992</u>	<u>176.463</u>	<u>839.654</u>

(a) Refere-se a contrato de financiamento celebrado com o Banco da Amazônia S/A em 28/06/2013, com liberação em 3 parcelas, cujo valor total monta a R\$1.226.462. Os recursos estão sendo destinados à construção da sede própria. Os pagamentos estão assim programados: Bônus de 15% por quitação no vencimento, juros sobre saldo devedor pagos mensalmente e carência de 36 meses para o principal, vencendo-se a 1ª parcela em 10/06/2016 e a última em 10/05/2025, que perfaz um prazo de 144 meses. O empréstimo está garantido por hipoteca censual de terreno, fiança bancária e aval de dirigentes.

(b) O débito refere-se a saldo da conta garantida contratada junto ao Banco Santander.

17. Débitos diversos

	2018	2017
Salários a pagar	41.717	502
Honorários a pagar	15.123	15.226
Provisão para férias	74.760	80.699
Fornecedores	6.030	25.434
Outros débitos	36.481	31.363
	<u>174.111</u>	<u>153.224</u>

18. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Cooperativa é de R\$2.598.650 (R\$761.366 em 2017), representado por 70 cooperados (igual quantidade em 2017), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$72.020. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização do Conselho de Administração e o pagamento de uma taxa de 10% sobre seu valor, desde que o associado não fique com número inferior ao mínimo estatutário.

(b) Sobras e Perdas do Exercício

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

- i) **Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES** – Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

ii) Fundo de Reserva – É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houveram realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas, serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

(c) Ajustes de exercício anteriores

Corresponde a reversão do ISSQN, conforme assunto mencionado na Nota Explicativa nº 15.

19. Despesas Administrativas

	2018	2017
Despesas com Pessoal Próprio	(1.896.270)	(1.925.417)
Despesas com Serviços de Terceiros	(502.843)	(444.936)
Despesas com Localização e Manutenção	(211.530)	(243.934)
Despesas com Depreciação e Amortização	(178.544)	(170.132)
Publicidade e Propaganda	(13.013)	(18.706)
Despesas com Tributos	(49.882)	(49.931)
Outras Despesas	(32.708)	(58.824)
	<u>(2.884.790)</u>	<u>(2.911.880)</u>

20. Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas, principalmente, pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM.

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. A remuneração paga ao pessoal-chave, por serviços de gestão, foi de R\$471.651 (479.598 em 2017).

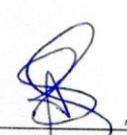
21. Conciliação entre o Resultado Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	2018	2017
Resultado líquido	160.726	292.636
Ajustes de:		
Distribuição de Sobras	(475.251)	(162.038)
Aumento/Diminuição de Capital Social	(15.291)	16.618
Reversão de Produção ao Fundo de Reserva	-	3.537
Depreciação	197.351	167.640
Ajustes de Exercícios Anteriores	16.562	2.640.603
Utilização do FATES	(4.395)	(35.334)
Resultado líquido - Ajustado	(120.298)	2.923.662
Variação nas Aplicações Financeiras	(9.171)	286.785
Variação nos Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	282.508	(256.540)
Variação dos Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(2.903)	(1.874)
Variação nos Créditos Tributários e Previdenciários	37.697	65.201
Variação nos Bens e Títulos a Receber	72.924	(71.133)
Variação das Contas Correntes com Cooperados	10.688	(30.213)
Variação nos Investimentos	500.959	156.886
Variação no Imobilizado	(111.794)	33.927
Variação no Intangível	1.407	2.493
Variação nas Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	69.552	90.958
Variação dos Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(71)	3.048
Variação nos Débitos de Oper. Assist. à Saúde não Relacion. com Planos de Saúde da Operadora	3.730	2.924
Variação nas Provisões	(2.216)	1.692
Variação nos Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(11.447)	(2.731.966)
Variação dos Empréstimos e Financiamentos a Pagar	49.316	42.253
Variação nos Débitos Diversos	20.887	37.460
Variação nas Conta-Correntes de cooperados	194	(1.406)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais - método direto	791.962	554.157

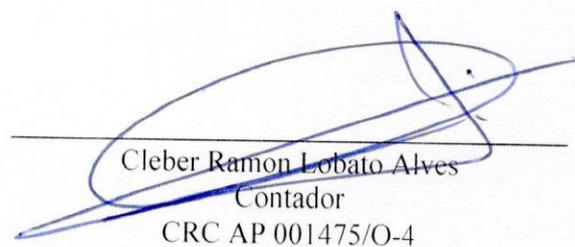
22. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Cooperativa não possuía cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, a fim de cobrir eventuais perdas com sinistros.

Macapá-AP, 31 de Dezembro de 2018



 Ana Valéria dos Santos Silva
 Presidente
 CPF 334.091.292-00



 Cleber Ramon Lobato Alves
 Contador
 CRC AP 001475/O-4